

FERNANDO VIEIRA DO NASCIMENTO

**A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA
PARA OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL
PORTUGUESA A PARTIR DA CRIAÇÃO DA COMUNIDADE
DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, EM 1996**

Trabalho de Conclusão do X Curso
de Especialização em Relações
Internacionais para a Universidade
de Brasília, apresentado como
requisito parcial à obtenção do título
de Especialista em Relações
Internacionais

Brasília, 2009

FERNANDO VIEIRA DO NASCIMENTO

**A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA
PARA OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL
PORTUGUESA A PARTIR DA CRIAÇÃO DA COMUNIDADE
DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, EM 1996**

Trabalho de Conclusão do X Curso
de Especialização em Relações
Internacionais para a Universidade
de Brasília, apresentado como
requisito parcial à obtenção do título
de Especialista em Relações
Internacionais

Orientador:
Prof. Dr. Antonio Carlos Lessa

Brasília, 2009

A Deus, minha fortaleza nos
momentos em que fraquejei e
pensei em desistir

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder sempre a coragem de lutar e continuar mesmo quando tudo parece dar errado, a meus pais e irmãos por suas frases de incentivo constante e por seus olhares de orgulho que me mostram que vale a pena o esforço de cada etapa vencida. Agradeço ainda a meus amigos e grandes incentivadores para buscar minha evolução pessoal, em especial, ao Thiago Dutra, *in memoria*, por sempre me exaltar mesmo quando eu me sentia tão frágil, e ao Wesley, por me vigiar e não me deixar me abater pelo cansaço.

Agradeço de maneira especial à Caixa Econômica Federal que viabilizou esse meu projeto de vida de forma financeira, mas, principalmente, me mostrou o campo de trabalho ao qual me interessei e hoje me dedico a me aprofundar por meio desse curso de Especialização. Agradeço, ainda, aos meus colegas de trabalho da Gerência de Estratégia de Relacionamento Internacional que me incentivaram a me desenvolver como profissional e como eterno estudioso das minhas áreas de atuação. Em especial agradeço ao Hebert, meu companheiro no trabalho e nas aulas, e às amigas Nara, Solange e Lílian por seu incentivo encorajador mostrando sempre que sou capaz.

Minha eterna gratidão àqueles que contribuíram para a construção desse projeto, professor Rodrigo Pires de Campos, Nelci Peres Caixeta, Gerente de África, Ásia, Leste Europeu e Oceania da ABC, minhas gerentes, Patrícia Marie e Maria Letícia, por permitirem o acompanhamento de uma missão de prospecção e montagem de projeto de perto.

A todos os professores do curso, de maneira especial ao Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa, meu orientador, que teve papel tão relevante na construção do tema desse projeto e na estratégia de elaboração.

A todos aqueles que de certa forma contribuíram e que com certeza tem seu lugar guardado como pessoas mais que especiais.

RESUMO

Este trabalho é um estudo da política de Cooperação Técnica Internacional (CTI) do Brasil com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a partir da criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996. Por meio de consulta a bibliografias especializadas e visitas à Agência Brasileira de Cooperação, o trabalho mostra os principais problemas apresentados pelos PALOP e a importância da cooperação técnica brasileira na tentativa de uma solução para esses graves problemas. A análise mostra a importância da CPLP para a evolução dos trabalhos de cooperação técnica com os países africanos e ressalta o relevante papel da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento para a política externa brasileira, principalmente no que se refere às relações com a África.

ABSTRACT

This work is a study of the Brazilian politics in the area of International Technical Cooperation with the Portuguese-Speaking African Countries (PALOP) since the conception of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), em 1996. Using specialized bibliographic consultation and visiting the Brazilian Cooperation Agency (ABC), this work shows the main problems faced by the PALOP and the importance of the Brazilian technical cooperation trying to find a solution to these serious problems. This analysis shows the importance of the CPLP to the evolution of the technical cooperation projects with the African countries. It also highlights the relevant role of the Technical Cooperation among Developing Countries to the Brazilian foreign politics, mainly in reference to the relationship with Africa.

SUMÁRIO

Introdução	1
Metodologia	4
 Capítulo 1 - A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) e sua Relação com a Política Externa Brasileira	
1.1 CTPD: Conceitos básicos e breve histórico.....	6
1.2 A evolução da CTPD brasileira dentro da Política Externa do Brasil	10
 Capítulo 2 – Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): da Descolonização aos Tempos Atuais	
2.1 Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Breve histórico e elementos comuns	16
2.2 Angola	19
2.3 Cabo Verde	20
2.4 Guiné-Bissau	21
2.5 Moçambique	22
2.6 São Tomé e Príncipe	23
 Capítulo 3 – A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Criação, Evolução e Importância da Cooperação entre os Países Membros	
3.1 A criação da CPLP: Principais princípios e objetivos	26
3.2 A CPLP do ponto de vista de seus membros: Principais desafios e perspectivas	30
 Capítulo 4 - A CTPD Brasileira para os PALOP a partir da Criação da CPLP	
4.1 A cooperação técnica brasileira nos governos Cardoso e Lula e o desafio africano	36

4.2 A CTPD brasileira para os PALOP a partir da criação da CPLP .. 40

Análise de Resultados	43
Conclusões	45
Referências Bibliográficas	48

INTRODUÇÃO

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) tem se tornado um importante instrumento de política externa de diversos governos. O Brasil tem participado das atividades de Cooperação desde o início da CTPD, quando foi gradativamente deixando de ser um país recipiendário para cumprir o papel de prestador de ações em prol do desenvolvimento dos países do cone Sul. A CTPD apresentou-se, portanto, como um meio de projeção do Brasil no exterior, exigindo, assim, a formulação de políticas internas e a estruturação dos órgãos responsáveis por esse instrumento político e de desenvolvimento.

Nesse sentido, o continente africano ganha destaque como uma das grandes áreas de concentração da CTPD brasileira, que torna-se essencial para a presença do país naquele continente. Dentre os países africanos destacam-se os cinco países de língua oficial portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – que, além de apresentarem necessidades específicas de áreas mais desenvolvidas pelo Brasil, possuem uma evidente identificação cultural e lingüística, por terem compartilhado da mesma metrópole e falarem o mesmo idioma.

O Brasil participou ativamente do processo de descolonização desses cinco países, reconhecendo, de forma pioneira, a independência da maioria deles. No entanto, apesar de um estreitamento das relações comerciais, políticas e de cooperação com os PALOP logo após a formação dos Estados, os anos 90 iniciaram com um retardamento desse processo que só foi retomado após o ano de 1996, com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Com a cooperação nos âmbitos econômico, social, cultural, jurídico e técnico-científico entre seus objetivos principais e com a participação central brasileira para o nascimento da instituição, a CPLP surge como uma nova fase para a relação da política externa brasileira com os cinco PALOP, que formam a maioria da CPLP, sendo

complementada apenas por Portugal, Timor Leste e o próprio Brasil. Vale ressaltar que as políticas externas dos governos Cardoso e Lula também agem de forma definidora para as principais ações de cooperação com o continente africano e, em especial, com os PALOP.

A presente dissertação tem como objetivo, portanto, discutir os principais aspectos da CTPD brasileira em relação aos PALOP a partir de 1996, ano de criação da CPLP. Esta análise parte, em seu primeiro capítulo, de uma breve conceituação e histórico da CTPD e do papel exercido pelo governo brasileiro desde o seu advento.

No segundo capítulo são descritos os principais aspectos históricos dos PALOP que serão relevantes para o entendimento da sua relação com o Brasil. Num primeiro momento são discutidos os elementos dos PALOP como um todo e num segundo momento, para respeitar as diferenças e peculiaridades de cada país, são descritos os pontos principais da história, economia e relações internacionais de cada um dos cinco países separadamente.

O terceiro capítulo busca um melhor entendimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e os elementos definidores para sua concepção. Além disso, esse capítulo é dedicado a entender a forma como cada país membro da CPLP vê a comunidade, as expectativas criadas pela sua concepção e o trabalho realizado em prol dessas expectativas. Por fim, são discutidas as perspectivas futuras para o grupo dentro dos objetivos apresentados.

No quarto e último capítulo, após toda essa contextualização, são discutidas as ações brasileiras no campo da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) para os PALOP com foco no período que vai de 1996 (data de criação da CPLP) até os dias atuais. A política externa dos governos Cardoso e Lula em relação à CTPD e aos cinco países de língua oficial portuguesa também é discutida nesse capítulo. Por fim, pretende-se tratar a relação da evolução da Cooperação Técnica para os PALOP e a criação da CPLP. Para isso

são discutidos os principais eixos de atuação das ações de cooperação técnica brasileira para os PALOP no período.

METODOLOGIA

Para a construção desse trabalho foi verificada inicialmente toda a bibliografia referente a quatro assuntos específicos. São eles:

- Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD);
- Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP);
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Política externa brasileira na área de CTPD.

Para a consulta da bibliografia foram utilizados meios como bibliotecas, sítios de trabalhos científicos da internet e bibliografia de outros trabalhos já realizados sobre os assuntos apresentados acima, além de consulta ao especialista no assunto Prof. Rodrigo Pires de Campos.

Posteriormente, foi realizada uma visita à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para verificar a viabilidade de acesso a alguns documentos de projeto, caso fossem necessários. Após contato com o Gerente de África, Ásia, Leste Europeu e Oceania daquela Agência de Cooperação, Sr. Nelci Peres Caixeta, e resposta positiva quanto ao acesso aos arquivos foram apresentados ao orientador uma proposta de metodologia e estrutura do trabalho e a bibliografia pretendida.

Juntamente com o orientador foi delimitado o tema para o trabalho, bem como a estratégia de leitura para posterior redação. Após a leitura da bibliografia sugerida e de documentos e informes cedidos pela ABC, deu-se início à redação do desenvolvimento do trabalho. Concomitantemente às leituras, deu-se a pesquisa em projetos de cooperação técnica em andamento na Caixa Econômica Federal, um dos executores de CTPD no Brasil.

Conversas constantes com os empregados da Caixa Econômica Federal que trabalham com a área de Cooperação Técnica possibilitaram a identificação de problemáticas e entraves institucionais

para o desenvolvimento dos projetos executados pelo Brasil. Também foi possível verificar a realidade de dois PALOP com quem a Caixa Econômica Federal possui projeto: Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Por fim, houve o acompanhamento de uma missão de prospecção ao Reino do Marrocos para a construção de um projeto de cooperação técnica *in loco*. Com a participação direta na construção desse projeto juntamente com os representantes da ABC foi possível identificar as fases de elaboração de um projeto de Cooperação Técnica Internacional (CTI), fase de extrema importância para o melhor entendimento de todo o trabalho desenvolvido na fase de redação dessa monografia de conclusão de curso.

Para finalizar, houve a sistematização dos dados colhidos nas visitas realizadas, nos documentos cedidos e nas referências bibliográficas lidas.

CAPÍTULO 1

A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (CTPD) E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

1.1 CTPD: Conceitos básicos e breve histórico

Os avanços tecnológicos e a disseminação cada vez mais rápida do conhecimento trouxeram diversas vantagens ao mundo moderno, no entanto, o sentimento de auto-suficiência conquistado pelo homem e seu computador exaltou o individualismo deixando o sentimento de coletividade à margem da sociedade. Por conseguinte, a diferença de classes tornou-se evidente ao tempo que aqueles que não têm acesso ao conhecimento disseminado se viram excluídos do processo de modernidade.

Por outro lado, se, como afirmado por Becker (*apud* Lima) a sociedade é “uma extensa rede de colaboração entre os mais diversos atores sociais”, a cooperação, em oposição ao individualismo, se torna uma relação primordial para a existência da sociedade. Nesse sentido, é possível perceber que o homem, ao mesmo tempo em que busca sua auto-suficiência, também chega à conclusão que não é possível se isolar do mundo e que o convívio e a solidariedade nunca foram tão necessários para uma existência pacífica.

Se no plano das relações interpessoais existe um conflito entre o individual e o coletivo, no plano das relações internacionais esse conflito se torna cada vez mais latente. Os grandes índices de pobreza e as sociedades fragmentadas são a prova de que o individualismo atingiu todos os níveis da sociedade. É nesse contexto que a cooperação internacional tem ganhado espaço não apenas como uma forma de desenvolvimento mútuo, mas também como um instrumento de política internacional.

Um dos frutos mais perceptíveis da ordem capitalista foi o individualismo, no entanto, poucos perceberam que foi o mesmo capitalismo que conectou as nações e levou a interdependência ao centro das discussões das relações internacionais como uma realidade indiscutível. A cooperação pode ser vista, portanto, como outro fruto dessa ordem mundial, surgindo também do temor de novas grandes guerras. Apesar de não significar necessariamente ausência de conflitos, a cooperação resulta de interesses comuns que funciona como um controle desses conflitos.

Nesse sentido, a própria concepção de cooperação, da qual se trata o presente trabalho, ou seja, a cooperação entre países, nasceu como resultado de um dos maiores conflitos internacionais da história, a Segunda Guerra Mundial. O conceito surgiu como um tipo de ajuda externa aos países que saíram prejudicados pelo conflito por parte dos grandes vencedores da guerra. É difícil afirmar a motivação exata para o surgimento da cooperação, mas a certeza que se tem é que diversos fatores influenciaram para que os primeiros países doadores tivessem a iniciativa de oferecer esse tipo de ajuda externa.

A cooperação pode ser vista, ainda, como um resultado do próprio desenvolvimento internacional. A expansão das relações internacionais e o crescimento da interdependência entre os países fizeram com que a necessidade de cooperar tivesse uma importância estratégica muito maior do que a geração de conflitos, pois o próprio desenvolvimento econômico e comercial dos Estados dependia da capacidade de comercializar dos outros países.

Por muito tempo a cooperação foi vista como uma relação vertical entre países – do mais desenvolvido para o menos desenvolvido – e, nessa ótica, a cooperação era usada não apenas como forma de ajuda ao desenvolvimento, mas, também, como uma forma moderna de relação entre dominante e dominado, tão vista na época da colonização. É importante ressaltar que não se tenta aqui comparar o processo de colonização com o processo de cooperação, até porque se tratam de

motivações bem diversas, mas o que se faz aqui é uma comparação do caminho da ajuda externa.

No entanto, após anos de desenvolvimento da cooperação, o processo foi se modernizando e novos países doadores foram surgindo revelando que a oferta de ajuda externa não era um privilégio apenas das grandes potências. Dessa forma, surgiram diversas formas de ajuda externa, entre elas a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD).

A AOD é administrada por agências governamentais, podendo ser multilateral – através de uma instituição nacional e um organismo internacional -, ou bilateral – por meio das agências governamentais dos dois países envolvidos. A AOD pressupõe que, pelo menos 25% dos recursos sejam a fundo perdido e abrange, basicamente, quatro grandes categorias de auxílio internacional:

- Ajuda em Alimentos;
- Ajuda Humanitária;
- Cooperação Financeira Internacional;
- Cooperação Técnica Internacional (CTI).

Com o crescente processo de descolonização, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no pós-guerra e o conseqüente sentimento de maior participação dos países, inclusive aqueles menores, nas decisões internacionais, o termo “ajuda” começou a ser criticado pelos países receptores da cooperação que demonstraram seu desejo de deixar a relação dominante – que presta a ajuda – e dominado – que recebe o auxílio. Esse sentimento trouxe à luz das grandes discussões sobre cooperação a tentativa de institucionalização do termo Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD).

A oficialização do termo, no entanto, só acontece no fim da década de 70 quando os países do hemisfério sul se reúnem para discutir o desenvolvimento como uma forma de troca de conhecimento que ia muito além da concepção de prestação de serviço prestado pelos países do norte. Tal evento, conhecido como a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, reuniu 138

países na capital da Argentina, Buenos Aires, no dia 12 de setembro de 1978, para celebrar por consenso o “Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento”.

O Plano de Ação de Buenos Aires, como é mais conhecido, inaugura uma nova forma de cooperação. A essência da CTPD é viabilizar uma troca de experiências substantivas entre países com situações e condições semelhantes quanto ao nível sócio-político-econômico, promovendo uma parceria equilibrada e orientada para o benefício mútuo dos países envolvidos rumo ao aperfeiçoamento de capacidades para o desenvolvimento auto-sustentável. A CTPD surge, portanto, e se consolida, posteriormente, como alternativa complementar à ajuda externa tradicional Norte-Sul.

É importante ressaltar que o próprio Plano de Ação de Buenos Aires (1978) reforça que a CTPD não é algo novo, criado naquele momento, já que ações horizontais de cooperação aconteciam desde meados da década de 50, para ser mais exato a partir de 1954, quando é registrada uma ação dessa natureza por parte da Tailândia que não fazia parte do grupo de países desenvolvidos. O documento afirma que o que é novo é a percepção por parte dos países em desenvolvimento da importância das ações de cooperação para a promoção do desenvolvimento dentro daquela conjuntura internacional.

O documento reforça o importante papel da CTPD ao afirmar em sua introdução que “a cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) tem adquirido uma dimensão de importância crítica. Trata-se de um meio de estabelecimento de comunicação e de promoção de cooperação mais ampla e efetiva entre países em desenvolvimento. É uma força vital para iniciar, desenhar, organizar e promover cooperação entre países em desenvolvimento de tal forma que eles possam criar, adquirir, adaptar, transferir e unir conhecimento e experiência para seu benefício mútuo e para a consecução de auto-

suficiência nacional e coletiva, o que, por sua vez, é essencial para seu desenvolvimento sócio-econômico”.

Dessa forma, a CTPD surge como uma resposta dos países em desenvolvimento a um processo de globalização que não era apenas inevitável, mas que poderia ser predador àqueles que se submetessem à condição de marginalizados. A CTPD foi, portanto, uma das primeiras formas de manifestação dos países que percebiam similaridades de interesses e estratégias de desenvolvimento de se juntarem para amenizar os efeitos impostos pelo ritmo acelerado de um número restrito de países.

Vale ressaltar, ainda, a existência de outras denominações para o conceito de CTPD, como “Cooperação Sul-Sul” ou “Cooperação Horizontal”. No entanto, o presente trabalho irá adotar o termo Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) por perceber que essa modalidade de cooperação não se restringe apenas aos países do hemisfério sul e que o conceito de horizontalidade atualmente no campo de relações internacionais é algo muito vago e difícil de mensurar, pois os países encontram-se em diferentes níveis de desenvolvimento, que variam de acordo com diversos fatores.

1.2 A Evolução da CTPD Brasileira dentro da Política Externa do Brasil

Após a institucionalização do termo Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) por meio do Plano de Ação de Buenos Aires, em 1978, pouco foi o trabalho realizado nesse sentido. Grande parte desse fato se deve aos graves problemas econômicos por qual passou o mundo e, em particular, os países em desenvolvimento, durante os anos 80, conhecido como a década perdida.

A América Latina que participou como um dos maiores incentivadores do movimento que culminou com a elaboração do

documento de Buenos Aires talvez tenha sido a região mais afetada com a crise dos anos 80 e que, portanto, a impediu de pensar nos projetos de Cooperação. Os planos listados na Argentina só vão ser retomados mesmo na década de 90 quando começa uma grande movimentação mundial de divisão do mundo em blocos econômicos. É nesse momento que os países buscam similaridades para encontrar um apoio a seu desenvolvimento.

No Brasil, a Cooperação começa a ganhar mais importância com a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em 1987, que surge com o objetivo de coordenar os programas de Cooperação Técnica Internacional (CTI) – seja ela recebida ou prestada – em todas as áreas de conhecimento. Essa ação do governo brasileiro de institucionalização do processo de CTI já reflete uma intenção de dar mais importância e visibilidade a esse novo instrumento de política internacional.

Nesse sentido, o país evolui cada vez mais para o caminho de prestar cooperação ao invés de apenas recebê-la. Desde 2004 o governo brasileiro, em função da crescente projeção do Brasil no cenário internacional e da crescente demanda por tecnologias e experiências do país, tem declarado que a CTPD é uma prioridade, em detrimento do recebimento de CTI. A CTPD passa a ser vista, portanto, pelo governo brasileiro não apenas como uma forma de promover o desenvolvimento, mas também como um importante instrumento de sua política externa, no sentido de que resulta num estreitamento das relações entre países.

Nesse contexto, a CTPD brasileira não visa lucro ou ganho comercial — 100% dos recursos são considerados como fundo perdido. A perspectiva norteadora é a horizontalidade da cooperação, inspirada na comunhão de interesses. A essência da CTPD prestada pelo Brasil é disponibilizar conhecimento técnico, experiências e práticas para países parceiros, a partir de demandas dos países beneficiários, independentemente de contrapartidas mínimas. A contrapartida para o governo brasileiro está muito mais no âmbito das boas relações com seus parceiros do que com algum tipo de retorno rentável para o país.

As vantagens auferidas neste tipo de ação estariam baseadas nos seguintes benefícios para o país:

- crescimento profissional dos técnicos brasileiros, bem como da outra parte envolvida;
- projeção nacional e apoio à política externa;
- incremento das relações entre o Brasil e os demais países envolvidos, possibilitando o compartilhamento de conhecimentos e a união de forças para solução de problemas comuns.

O caráter social da cooperação prestada pelo Brasil é ressaltado pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, que afirma que “ao oferecer oportunidade de cooperação, o Brasil não almeja o lucro ou o ganho comercial. Tampouco há “condicionalidades” envolvidas. Buscamos tornar realidade uma visão nova das relações entre os países em desenvolvimento, inspirada na comunhão de interesse e na ajuda mútua” (AMORIM, 2006).

Segundo a política externa brasileira, a base de sua cooperação internacional seria, portanto, baseada nos princípios da solidariedade e co-responsabilidade. Trata-se de uma relevante fonte de soluções para problemas que afligem inúmeros países em estágio de desenvolvimento semelhante ao do Brasil. Por estarem essas soluções imbuídas de um forte e evidente conteúdo social, as áreas de cooperação mais freqüentes são a saúde, a educação, a agricultura, o meio ambiente e o desenvolvimento urbano, além de mais recente, os programas sociais, como o Bolsa Família.

Na edição de julho de 2005 de seu informe Via ABC, a Agência Brasileira de Cooperação explica suas atribuições reforçando novamente o caráter não-financeiro dos projetos, além de descrever suas principais atribuições:

“Sua principal função (da ABC) é negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de

cooperação técnica, com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. Dentre outras atribuições, cabe à ABC orientar as instituições nacionais sobre as oportunidades existentes no âmbito dos vários acordos de cooperação técnica internacional firmados pelo Brasil; apoiá-las na formulação dos projetos; coordenar, na condição de órgão oficial responsável pela cooperação técnica internacional, a negociação entre as instituições cooperantes e as solicitantes; monitorar a execução dos projetos, assim como divulgar informações sobre seu desenvolvimento e os resultados logrados; e intensificar e estreitar os vínculos políticos e econômicos do Brasil com os países da América Latina, Caribe, África, Ásia e Oriente Médio, por meio da transferência de tecnologias e de soluções criativas baseada na experiência nacional de desenvolvimento desses países”. (VIA ABC, 2005)

A ABC deixa evidente, portanto, o foco do governo brasileiro que é a Cooperação Horizontal, Sul-Sul, ou, simplesmente, CTPD. Além disso, ela ainda justifica sua opção por esses países como uma forma de estreitar vínculos políticos e econômicos. De fato a CTPD tem sido um importante instrumento para o estreitamento desses vínculos e, por consequência, um dos mais importantes instrumentos da política externa brasileira na atualidade.

As atuais orientações da CTPD do Brasil, de acordo com a ABC, são as seguintes:

- apoiar, sempre que possível, projetos com contrapartida nacional e/ou com participação efetiva de instituições parceiras;
- apoiar, sobretudo, projetos vinculados a programas e prioridades nacionais de desenvolvimento dos países recipiendários;

- canalizar os esforços de CTPD para projetos de maior repercussão e âmbito de influência, com efeito multiplicador mais intenso;
- estabelecer parcerias preferencialmente com instituições genuinamente nacionais;
- priorizar programas de CTI que favoreçam a intensificação das relações do Brasil com seus parceiros em desenvolvimento, principalmente com os países de interesse prioritário para a política exterior brasileira;
- privilegiar projetos com maior alcance de resultados.

É importante lembrar que a ABC não atua como executora dos projetos de cooperação, sua atuação se restringe ao processo de montagem do projeto e no trabalho de interlocução entre as instituições brasileiras e as entidades dos países recipiendários. Atualmente, existem mais de 120 entidades brasileiras que atuam na CTPD como executoras de projetos, entre elas a Embrapa, Fiocruz, SENAI/CNI, Correios, CAIXA, entre outros.

Tais instituições atuam nos mais diferentes temas que variam desde os mais tradicionais já mencionados aqui, como meio ambiente e saúde, até, e de forma crescente, em temas mais novos e de forte interesse social, como o combate ao trabalho infantil e à violência de gênero, chegando também a atuar em projetos voltados à recuperação cidadã, como os de inclusão digital e bancária. Não se pode esquecer ainda do tema de biocombustível/etanol, no qual o Brasil possui os melhores especialistas, que tentam passar os conhecimentos e técnicas desenvolvidos no país para que possa ser adaptado por parte dos países recipiendários que poderão assimilar o projeto com baixos custos e elevado grau de aproveitamento.

As evoluções na área de CTPD para o Brasil são inúmeras, principalmente, após de 1995, com os governos Cardoso e Lula. O próprio estreitamento das relações com os países africanos (em especial os de

língua portuguesa, tema desse estudo) e os países da América Latina pode ser visto como uma consequência do importante trabalho na área de Cooperação Técnica que vem sendo feito.

A expectativa do governo brasileiro é a de que a CTPD continue a crescer nos próximos anos e venha a se consolidar como importante instrumento da política externa para a aproximação do Brasil com os demais países em desenvolvimento.

CAPÍTULO 2

OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (PALOP): DA DESCOLONIZAÇÃO AOS TEMPOS ATUAIS

2.1 Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Breve Histórico e Elementos Comuns

Durante anos os países africanos foram os maiores alvos dos países do norte em busca da exploração de riquezas e de trabalho escravo. As tribos originais dos Estados africanos foram, em sua maioria, extintas pela massa de europeus que ali chegaram e dividiram as tribos enviando seus povos para os mais diversos lugares do mundo. Dessa forma, os Estados africanos foram perdendo sua identidade ao longo dos anos e só puderam lutar para tê-la de volta em meados dos anos 1970 quando ocorreu a maioria dos processos de independência em todo o continente.

O processo de descolonização da África foi longo, demorado e sofrido para seus habitantes, principalmente porque as metrópoles deixaram os Estados em situação calamitosa de pobreza. Como não havia interesse em investir nos países africanos e nem dos europeus fazerem residência ali, a maior parte das cidades e vilas criadas na época do colonialismo foi deixada sem uma condição mínima de infra-estrutura.

Além disso, os africanos recém-independentes tiveram que enfrentar ainda as disputas por poder das antigas tribos que não aceitavam ser governadas por uma tribo diferente. A independência para os países africanos foi algo necessário e importante, ao mesmo tempo em que deixou heranças históricas e sociais que serão difíceis de serem superadas.

Para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) esse processo não foi menos dolorido e cheio de marcas, pelo

contrário, o processo pode ter sido ainda pior, pois apenas a partir da Revolução de 1974 foi que Portugal foi aceitar a descolonização como algo essencial para o mundo moderno. Enquanto a maior parte dos países africanos e americanos já desfrutava de sua independência os PALOP tinham que enfrentar a resistência portuguesa que ainda via na manutenção das colônias uma forma de mostrar força perante o mundo.

Nesse sentido, o Brasil foi um grande incentivador e contribuinte para a consolidação das independências que estavam sendo declaradas. O país foi um dos primeiros a reconhecer diversas alegações de independência, e isso inclui países como Angola, por exemplo, para o qual o Brasil foi o primeiro a declarar o aceite a independência.

As independências dos países africanos de língua oficial portuguesa seguiram a seguinte ordem cronológica:

- Guiné-Bissau: 24 de setembro de 1973;
- Moçambique: 25 de junho de 1973;
- Cabo verde: 5 de julho de 1975;
- São Tomé e Príncipe: 12 de julho 1975;
- Angola: 11 de novembro de 1975.

Embora exista inúmeras diferenças entre esses cinco países, inclusive em relação a sua localização dentro do continente africano, pode-se observar muitas semelhanças também. E um dos fatos determinantes para existir essas semelhanças é a proximidade de datas para a independência de cada um deles. Todos foram deixados de certa forma da mesma maneira por Portugal, sem grandes recursos e infraestrutura precária para a população.

Após a independência, se estabeleceram grandes conflitos políticos internos para resolver a questão do poder no novo Estado que surgia. Em alguns casos esse conflitos chegaram ao extremo com guerras

civis longas e sangrentas, como foram os casos de Moçambique e Angola.

Em Moçambique, a situação de guerra civil durou menos tempo que em Angola, tendo terminado em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz entre o Governo Frelimo e Renamo.

Na Angola a guerra se alongou mais e foi desde o período de independência até meados dos anos 2000. Todos os dois conflitos foram marcados por uma nítida confrontação do ponto de vista político-ideológico das escolhas realizadas após a independência.

Todas essas questões deixaram o continente africano ocupar o mesmo lugar que ocupara nos períodos de colonização: à margem do mundo. A marginalização do continente só foi começar a ser vista com olhos de cuidado pelo restante do globo na década de 90 com forte contribuição dos trabalhos de cooperação técnica para o desenvolvimento.

Em 2008, dos cinco PALOP três apresentam uma escala de baixo desenvolvimento humano, calculado pelo IDH. Apenas São Tomé e Príncipe e Cabo Verde se apresentam numa zona intermediária de desenvolvimento humano, mas por possuírem populações muito pequenas dificultando assim um cálculo com mais exatidão do nível de pobreza desses países.

No entanto, mesmo com todas as dificuldades encontradas, os PALOP participam também de um movimento de desenvolvimento que aconteceu no início dos anos 2000. Nesse sentido, ganha destaque a Angola que ganhou *status* de potência regional perante seus vizinhos Congo e Congo Democrático.

Indiscutivelmente a África tem ganhado importância e, com a entrada da China no continente, muitos olhos têm se voltado para lá. O Brasil tem um histórico maior de relacionamento com os países africanos

até mesmo por possuir a facilidade de idioma com alguns deles, além do fato de também ser um país do sul e em desenvolvimento.

Antes de descrever o relacionamento do Brasil com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, no entanto, é importante realizar uma breve apresentação de todos os cinco para que seja possível respeitar ao máximo suas individualidades e peculiaridades.

2.2 Angola

Angola tem sua história marcada por violentos conflitos e lutas internas. A primeira refere-se à luta por sua independência que começou no início da década de 1960 e só terminou com a conquista da independência em 1975. A partir desse momento, o país teve que enfrentar outro longo período de guerra, dessa vez civil entre os membros dos movimentos libertários que lutaram juntos pela independência e que passaram a lutar pelo poder. O poder político manteve-se na posse do Movimento Popular de Libertação de Angola desde a independência, no entanto, parte do território foi dominada pelo partido da oposição União Nacional para a Independência Total de Angola até o ano de 2002, quando chegou ao fim a última guerra civil. Durante mais de 40 anos o país não conheceu o que era paz, nem unidade.

Apesar dos índices alarmantes de pobreza, Angola é um dos países africanos com maior riqueza mineral e isso inclui petróleo e diamantes. Essa característica coloca o país em local de destaque e chama a atenção de investidores internacionais que procuram a exploração desses minérios. Angola, no entanto, ainda é ligada muito fortemente à Portugal, com quem mantém fortes laços comerciais.

Com o fim da guerra, o país tem se esforçado para se reconstruir e tem aberto suas fronteiras aos investidores que queiram auxiliar nesse desenvolvimento. A moeda angolana (*Kwanza*) tem se

fortalecido e o capitalismo tem se instaurado no país de forma a criar um mercado consumidor mais forte e pungente capaz de dar uma nova esperança aos seus habitantes.

Nas suas relações exteriores, deixando de lado suas relações com os Estados Unidos, a Angola busca estabelecer vínculos com outros espaços regionais fora do continente africano, tais como o MERCOSUL e a União Européia, servindo-se do Brasil e de Portugal para isso.

2.3 Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago composto por dez ilhas principais e mais algumas ilhotas, que teve sua independência de Portugal conquistada em julho de 2005 por meio de acordo assinado com o governo europeu. Cabo Verde carrega sua independência como um grande orgulho nacional apesar de sua forte ligação ainda a Portugal que tem contribuído bastante para o desenvolvimento social e econômico do país tendo, inclusive, assinado um acordo de cooperação cambial com Cabo Verde que estipula a convertibilidade do escudo cabo-verdiano ao Euro. Além disso, o ex-Primeiro-Ministro de Portugal, José Durão Barroso, e então Presidente da Comissão Européia em discurso no ano de 2004 prometeu integrar Cabo Verde à área de influência da União Européia.

Todo esse relacionamento com Portugal tem garantido bons frutos a Cabo Verde que conseguiu se desenvolver a ponto de alcançar o nível médio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além disso, a economia de Cabo Verde tem se fortalecido ainda que seja com base na agricultura e na riqueza marinha, mesmo a agricultura sofrendo com os grandes períodos de seca enfrentados pelo país.

Outros pontos fortes da economia de Cabo Verde tem sido a indústria que tem crescido bastante, o turismo e o mercado de remessas

internacionais, já que a maior parte da população de Cabo Verde não vive no país, mas sim no exterior, principalmente nos Estados Unidos e Portugal.

O país mantém relações estreitas com o Brasil, pois recebe parte da cooperação técnica brasileira ofertada ao exterior, sobretudo nos campos da formação e aperfeiçoamento dos quadros de administração pública, na área de saúde pública e no serviço diplomático.

Além disso, em 1999, sob a justificativa de colaborar para que as bases econômicas e Cabo Verde se solidificassem, o Brasil perdoou parcialmente a dívida externa do país, o que representou 50% da dívida externa de Cabo Verde.

2.4 Guiné-Bissau

Guiné-Bissau é um país marcado por constantes golpes de Estado e é, com certeza, atualmente, o país membro dos PALOP que apresenta uma situação menos definida. O mais recente golpe de Estado no início de março de 2009 que culminou com o assassinato do presidente João Bernardo Vieira por forças militares dissidentes do governo causou mais instabilidade e luta pelo poder no país.

Essa não é a primeira vez que o país passa por um golpe militar, em 1998 um golpe que depôs o presidente fez com que o país entrasse numa grave guerra civil. E, em 2003, outro golpe aconteceu sob a alegação de incapacidade na solução dos problemas por parte do presidente eleito.

Esses graves problemas políticos conferem ao país uma grande instabilidade que gera desconfiança no mundo todo causando falta de investimentos estrangeiros na Guiné-Bissau. O país encontra-se com um dos piores níveis de IDH do mundo (o pior dentre os PALOP) e os

problemas de infra-estrutura e condições básicas de sobrevivência para a população é algo cada vez mais alarmante.

Soma-se a isso a forte dependência de ajuda econômica estrangeira do país para a quase totalidade dos investimentos públicos na Guiné-Bissau. O país ainda apresenta como grave problema a carência de recursos humanos e a heterogeneidade dos quadros do governo.

2.5 Moçambique

Moçambique localiza-se na costa oriental da África Austral, num território de 800 mil quilômetros quadrados, banhado pelo Índico e cortado pelos rios Zambezi e Limpobo. A sua nação de 20 milhões de habitantes é multiétnica pluricultural, representa o grande berço da humanidade e é o destino de correntes migratórias asiáticas, especialmente de hindus e de muçumanos provenientes do norte do Continente e do Golfo Pérsico.

Após três décadas de luta de independência (Moçambique tornou-se independente de Portugal em 1975) e de guerra civil, os moçambicanos finalmente reconquistaram o direito à paz e consolidaram a democracia pluripartidária. Dessa forma, nesse início de terceiro milênio, Moçambique se mobiliza para superar as contradições econômico-sociais que se acumularam ao longo de séculos de dominação colonial e para reverter uma situação de vida dramática que se revela em índices, como a 172ª posição no *ranking* de IDH da ONU e 197ª posição no *ranking* mundial de renda *per capita* anual.

Durante os anos de guerra civil, Moçambique foi um dos países mais pobres do mundo. A modernização de sua economia, com a privatização de mais de 1.300 empresas – junto com as políticas sociais e o amplo apoio da sociedade internacional, com ajuda externa e programas de cooperação, levaram o país a altas taxas de crescimento nos últimos

sete anos. O PIB vem crescendo de forma sustentada a uma taxa média anual de 8,5%; importantes avanços são verificados, especialmente nas áreas de saúde e educação, com aumento substantivo do IDH, redução da mortalidade infantil e da miséria.

A prioridade do governo tem sido a atração de investimentos estrangeiros para criar condições para erradicar a pobreza, que atinge 70% da população. Moçambique tem um papel importante para a África do Sul, como supridora de energia, e para os países da região da África Sul-Tropical – Zimbábue, Malawi, Zâmbia – como importante saída para o oceano Índico. Os investimentos têm sido concentrados no denominado “Corredor de Maputo”, eixo de transporte entre a Província de Gauteng – principal centro industrial da África do Sul – e Maputo.

2.6 São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é um país com enormes carências e dificuldades, mas tem igualmente potencialidades que, devidamente exploradas e geridas, o podem lançar nos caminhos do desenvolvimento sustentado. Seu movimento de independência de Portugal foi o mais pacífico dentro os cinco PALOP. O governo português concedeu a independência a São Tomé e Príncipe em 1975. O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), fundado em 1959 por santomenses exilados, assumiu o governo. Em 1987, o MLSTP se fundiu ao Partido Social-Democrata, PSD, e iniciou uma série de reformas estruturais de viés democrático.

Apesar dessa vantagem sobre os demais PALOP de um movimento de independência pacífico, São Tomé e Príncipe é o país que mais sofre com o distanciamento de mercados potenciais. Somado a isso, sua capacidade institucional limitada e sua estreita base de recursos, quer humanos, quer naturais, constitui um mercado interno reduzido, tornando-

se muito vulnerável a choques econômicos externos e limitando seu acesso a capitais estrangeiros.

O país é altamente dependente de um só produto agrícola e de uma só exportação, o cacau. São Tomé e Príncipe possui ainda outro grave problema que é a forte dependência da ajuda externa, que já chegou a representar 95% do seu produto interno bruto e hoje representa cerca de 70%. Cada santomense recebeu, em média, 447 dólares de ajuda externa na década de 1990. A elevadíssima dívida externa é um dos principais problemas do país, dificultando enormemente o desenvolvimento. São Tomé e Príncipe tem a dívida externa mais elevada do mundo em percentagem do produto interno bruto.

Contudo, os efeitos da diversificação dos recursos são sentidos em função da descoberta de petróleo na sua plataforma continental e da criação de uma zona franca em Príncipe em 1997. Dada a importância estratégica que adquire como futuro país produtor de petróleo, o interesse internacional em São Tomé e Príncipe cresceu significativamente em poucos anos. Nota-se uma maior propensão para aumentar a respectiva influência no país, tanto pelos Estados Unidos, como pela Nigéria, principal país africano produtor de petróleo, como pelo Brasil e Angola. Esses últimos procuram estreitar laços de cooperação bilateral com São Tomé e Príncipe.

Nesse sentido, a ajuda internacional, quer de âmbito multilateral, quer de âmbito bilateral, tem sido decisiva para o desenvolvimento sustentado do país. São Tomé e Príncipe tem se beneficiado de diversos Programas de apoio, por parte de instituições internacionais, nomeadamente do Banco Mundial (BM), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). No domínio das relações bilaterais, além da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o país também integra o grupo de países francófonos, devido às relações com seus vizinhos, como o Gabão, Camarões e Congo Brazzaville, sendo membro da Agência

Intergovernamental para a Francofonia. Tem, por isso, em vigor acordos de cooperação mais estreitos com Portugal e com a França.

CAPÍTULO 3

A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP): CRIAÇÃO, EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES MEMBROS

3.1 A Criação da CPLP: Principais Princípios e Objetivos

A idéia da criação de um grupo de países cuja língua oficial fosse o português teve seu início na ocasião do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa, que reuniu em São Luís, Maranhão, no ano de 1989, os mais importantes representantes dos governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No encontro, que foi o resultado de um convite do então Presidente brasileiro, José Sarney, decidiu-se pela criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que teria como principal objetivo a promoção e difusão do idioma.

No ano de 1994, em Brasília, os ministros das entidades responsáveis pelas relações exteriores dos sete países voltaram a se reunir e decidiram levar a seus governos a recomendação da criação de um Grupo de Concertação Permanente que teria sua sede em Lisboa, única cidade entre os sete países que possuía representação de todos os grupos. Esse grupo seria constituído pelo ministro de relações exteriores de Portugal e pelos embaixadores de cada um dos outros seis países em Lisboa.

Com todas essas decisões consolidadas e chanceladas pelos chefes de governo, os ministros dos sete países se reuniram novamente em 1994, dessa vez em Lisboa, onde validaram os trabalhos do Grupo de Concertação Permanente e marcaram para 1996 uma nova reunião, na qual a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa deveria ser, então, firmada.

Sendo assim, em 17 de julho de 1996, em Lisboa, aconteceu a reunião que oficializou a criação da CPLP, que reuniria Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Apenas em 2002, com a independência do Timor Leste, a Comunidade ganharia mais um Estado membro, fechando, assim, num grupo de oito países que lançaram um novo projeto político baseado no vínculo do idioma mesmo sendo países geograficamente distantes.

A CPLP nasce então com objetivos bem definidos buscando resultados concretos que tem como principal base os setores primários da sociedade, como a Saúde e a Educação. Nesse sentido, a mobilização para cooperação acontece não apenas com recursos dos governos, mas também com parcerias com outras entidades e organismos internacionais que se interessassem pelo desenvolvimento social e econômico dos países do grupo.

Vale ressaltar que o importante trabalho do Instituto Internacional da Língua Portuguesa não foi extinto com a criação da CPLP, pelo contrário, o trabalho foi mais valorizado e mais desenvolvido.

Conforme consta no sítio oficial da CPLP, a Comunidade nasce calcada nos seguintes objetivos gerais:

- A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Ainda segundo o sítio oficial, a CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- Igualdade soberana dos Estados membros;
- Não-ingrerência nos assuntos internos de cada Estado;
- Respeito pela sua identidade nacional;
- Reciprocidade de tratamento;
- Primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social;
- Respeito pela sua integridade territorial;
- Promoção do desenvolvimento;
- Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

É perceptível nos princípios a ênfase ao respeito pela territorialidade e pela identidade de cada país e, ainda, ao tratamento sem diferenciação. Essas características ressaltam a preocupação de não haver escala de importância dentro do grupo, principalmente, pelo histórico de colonização que o caracteriza e pela distância econômica que separam Brasil e Portugal dos países africanos e do Timor Leste. A concepção da CPLP se distancia, portanto, de quaisquer aspirações de hegemonia ou tutela, havendo apenas uma abertura para um convívio igualitário, generoso e verdadeiramente fraterno.

É importante ressaltar, ainda, que a CPLP surge como uma grande oportunidade de integração de grupos até então regionais, pois envolve quatro continentes diferentes e países que já estavam inserido nos mais diversos grupos, como a União Européia, o MERCOSUL, a Southern Africa Development Community (SADC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), entre outros menores. Assim, como afirma Mourão (2008), “a CPLP surge como um espaço de inter-relacionamento de vários espaços regionais, podendo proporcionar novos nichos de oportunidades complementares às tradicionais relações

Norte-Sul, a par de ações previsíveis em vários campos, mormente sob perspectiva da economia e da cooperação”, envolvendo seus países membros.

No entanto, essa diferenciação regional ao tempo que contribui para a integração dos diferentes grupos também causa conflitos de interesses desde o momento da criação da CPLP. Junta-se a isso o diferente momento econômico e político que viviam os países quando da concepção do grupo o que causou pontos de vista e interesses convergentes.

Em 1996, “Angola arrastava uma guerra civil e o drama dos milhões de deslocados internos. O Brasil estava em processo de consolidação da sua democracia e com a economia equilibrada, assim como Portugal, beneficiado pelo grande volume de capitais de baixo custo e por dez anos de vinculação a um espaço econômico do vulto da União Européia. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, economias de pequeno porte, com poucos recursos naturais, mantinham certa estabilidade. Moçambique estava potencializado pelos capitais sul-africanos e asiáticos investidos no “Corredor de Maputo” e na zona central do país, onde as suas reservas de gás natural eram exploradas. A Guiné Bissau apresentava a situação mais complexa de todos os PALOP. Estava no limiar de uma guerra civil que estourou em 1998” (SOUZA, 2003, p.61)

Toda essa situação fez com que os países membros da CPLP imaginassem sua utilidade em direções diferentes. Enquanto o Brasil percebia no grupo uma grande oportunidade de reaproximação com Portugal e de um fortalecimento do relacionamento com a África, Portugal vislumbrava a manutenção de seus interesses no continente africano e o estreitamento de um relacionamento com o Brasil que seria mais amplo do que com os PALOP. Os PALOP, por sua vez, viam na aliança com Brasil e Portugal a oportunidade de consolidar a sua independência ainda difusa devido às dificuldades internas de aceitação e consolidação dos governos dos novos Estados e uma provável cooperação com esses países para os seus desenvolvimentos.

A evolução da CPLP fez com que em pequena ou maior escala todos os países membros pudessem colocar seu ponto de vista e desenvolver seus objetivos. Atualmente, Portugal e Brasil têm contribuído bastante para o crescimento dos PALOP e do Timor Leste, enquanto as relações entre os dois países também foi bem intensificada.

3.2 A CPLP do Ponto de Vista de Seus Membros: Principais Desafios e Perspectivas

Conforme já foi mencionado nesse trabalho, a CPLP é fruto dos mais diferentes pontos de vista de seus membros que, embora divergentes, partilham do mesmo interesse de aproximação fora de suas linhas territoriais. Obviamente, cada um dos países que compõem a CPLP, assim como qualquer outro grupo voltado para cooperação, seja ela técnica, comercial ou lingüística, busca interesses de desenvolvimento específicos e trabalham interna e externamente para conquistá-los e os grupos dos quais fazem parte servirão como importante apoio para essa conquista.

Ao comparar o tratamento dado ao grupo por cada um dos oito países membro da CPLP é possível perceber claramente que, mesmo após mais de 10 anos de sua criação, os países mantêm seu ponto de vista inicial acerca da CPLP e continuam buscando o que almejavam na época da concepção do grupo. Por isso, antes de estudar o caso da política externa brasileira de forma mais específica, é necessário conhecer a visão dos membros acerca do papel da CPLP.

O que se pode perceber é que a CPLP tem representado um importante instrumento da política externa dos países que a compõe, principalmente para os PALOP, devido à representatividade dentro dos grandes fóruns mundiais e, principalmente, por causa da influência política para o cenário internacional do Brasil e de Portugal.

O grande exemplo disso é o caso do processo de paz da Angola. A CPLP agiu como importante aliada do país quando se discutiam

as sanções da Comunidade Internacional contra a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola que ocupou parte do território do país enquanto o Movimento Popular de Libertação da Angola – MPLA – governava o país). Além disso, o apoio de Brasil e Portugal no processo de paz de 2002 foi definitivo para reforçar a idéia para os angolanos de países parceiros e confiáveis para um processo de cooperação. Como consequência, a CPLP é vista, atualmente, pelo governo de Angola como um organismo para recebimento de cooperação de Portugal e Brasil.

Assim como na Angola, a CPLP teve papel decisivo no processo de paz da Guiné-Bissau durante a crise política de 1998 a 1999. O Brasil agiu como um dos mediadores desse processo recebendo muito prestígio do governo da Guiné-Bissau após esse feito, tendo se tornado um dos mais fortes apoiadores das pretensões brasileiras dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Já as relações com Portugal continuam a ser mais de dependência econômica.

Para o Cabo Verde a importância da CPLP está no reforço de suas relações com o Brasil, principalmente na área de cooperação com a extensão dos programas brasileiros de DST/AIDS e treinamento para a informatização de recursos humanos, culminando até com o perdão de parte da dívida externa do país. No entanto, apesar de todas as vantagens listadas aqui para Cabo Verde em relação ao estreitamento de laços com Brasil e Portugal, o país é o que mais exterioriza sua insatisfação com a CPLP, principalmente por sua atuação no papel assumido pelo grupo desde o início de fonte adicional de cooperação multilateral.

Para Moçambique e São Tomé e Príncipe as vantagens de uma aliança com Brasil e Portugal também não são diferentes e são muito bem recebidas como forma de expansão do alcance geográfico de seus interesses.

No entanto, se a identidade lingüística é a base da CPLP e a razão da existência do grupo é no mesmo elemento lingüístico que se apresenta um de seus maiores desafios. Desde a sua concepção,

Portugal deixou evidente que um de seus maiores interesses em relação ao grupo está na propagação e maior visibilidade do português que somando os habitantes dos países membros da CPLP dá mais de 200 milhões de falantes.

Contudo, o que para Portugal é uma das vantagens do grupo, para os PALOP representa uma preocupação a mais. Os países africanos sempre agiram de forma preventiva em relação à imposição do português em prejuízo das línguas nacionais. Por se tratar de processos de independência recente, ainda existe um sentimento de língua do colonizador para muitos habitantes dos PALOP.

Países como a Guiné-Bissau, por exemplo, apesar de possuir o português como idioma oficial, tem apenas 10% da população que efetivamente fala a língua. Agrava ainda mais esse fato o interesse dos governos de não excluir as possibilidades com outros países, como é o caso de São Tomé e Príncipe que, devido à influência de seus vizinhos, participa da Agência Intergovernamental para a Francofonia.

Decorre daí a grande preocupação de Brasil e Portugal com os projetos de educação e cultura para aguçar nos PALOP o sentimento de que o português também pertence a eles e, como tal, deve ser valorizado e difundido assim como os idiomas nacionais.

É evidente que a criação da CPLP para Brasil e Portugal tem grande importância para a relação entre os dois países, que apesar de nunca ter sido de rivalidade nunca foi muito intensa desde a independência brasileira. A idéia de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reforçou as relações institucionais e comerciais luso-brasileiras e contribuiu para um grande avanço em todas as áreas de investimento entre os dois países.

Os interesses portugueses, no entanto, transpassam simplesmente o setor comercial tendo na difusão da cultura um importante aliado para ganhar importância dentro da Europa. O fato de difundir o português em países de três diferentes continentes o coloca no patamar

do Reino Unido, França e Espanha que utilizam de seus idiomas para difundir a cultura européia nas suas ex-colônias.

O Brasil, por sua vez, possui pretensões mais modestas em relação à CPLP, pois os grandes investidores empresariais brasileiros estão mais interessados em mercados mais pungentes como o norte-americano, o europeu e o asiático. As pretensões brasileiras tem sido, portanto, mais num âmbito institucional e de relacionamento, já que “a CPLP tem sido vista como uma agenda moderna de cooperação e concertação diplomática, pela qual se procuram posições convergentes nos foros internacionais, apoio às candidaturas mútuas e solidariedade. A idéia baseada na cultura de pertencimento a uma Comunidade de Língua, pela qual a presença do país alcançaria outros três continentes tem sido vinculada no espaço da imprensa” (SOUZA, 2003).

O Brasil ainda não possui a estrutura portuguesa para trabalhar na difusão da língua como Portugal o faz. O Instituto Camões possui ainda muito mais força que o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, IILP, criado em 1989, em São Luiz do Maranhão, e precursor da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O Brasil detém hoje cerca de 80% dos falantes do português e, por isso, deveria exercer o papel que Portugal o faz na difusão e valorização do idioma, no entanto, a falta de uma estrutura interna prejudica ainda o país que guarda os seus elementos culturais próprios para o público brasileiro.

Apenas Brasil e Portugal poderiam ter uma estrutura capaz de realizar esse trabalho de propagação da cultura por meio do idioma, como os interesses portugueses são mais fortes que os brasileiros, esse papel tem ficado praticamente todo para os portugueses. Esse fato não é bem aceito pelos PALOP pelos motivos naturais de colonização que os fazem ter uma postura preventiva em relação ao português como língua de dominação. Nos países em que o Brasil entrou como é o caso de Angola, onde o país possui um Centro de Estudos Brasileiros, há a preferência por aprender o idioma ensinado pelos brasileiros em detrimento do ensino dos portugueses.

A prova disso foi a resistência dos PALOP de assinar as reformas do novo acordo ortográfico proposto por Brasil e Portugal por imaginarem que seria uma imposição portuguesa que desejava agir como detentores do idioma, por serem seu berço.

Outro grande desafio a ser vencido pela CPLP é a estruturação de seus países membros, com ênfase aos PALOP e ao Timor Leste. Muitos países não possuem estrutura nem pra poder receber as reuniões da Comunidade e isso tem prejudicado a institucionalização da CPLP que depende diretamente da institucionalização de seus membros.

A Guiné-Bissau, por exemplo, não conseguiu sair ainda dos constantes conflitos internos. Agora que o mundo começava a se convencer da conquista da estabilidade do país acontece o assassinato do seu presidente e o país retorna aos conflitos internos de outrora.

Devido a toda essa instabilidade a Guiné-Bissau ainda não se firmou como um país independente e corre o risco de deixar de existir perante o Sistema Internacional. Se isso acontecer o fracasso da CPLP será evidente e refletirá num fracasso para o mundo que depositou no apoio de Brasil e Portugal uma resolução para o confronto do país.

O novo Estado de Timor Leste recebeu todo o apoio de Brasil e Portugal para existir, os quais levaram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas o caso do país que chegou a ser repudiado por seus membros. O país ainda não encontrou força na mídia o suficiente para poder chamar a atenção que seria necessária para o seu aceite por todos os Estados do Sistema Internacional.

Infelizmente, falta ainda à CPLP que o Estados africanos se sintam mais membros da Comunidade e não apenas receptores de cooperação. Uma melhor institucionalização desses países e também de Brasil e Portugal dariam mais relevância à Comunidade, o que auxiliaria para a CPLP se institucionalizar e se organizar para ações que possam até mesmo ser externas a seus papéis fundamentais.

Após a presidência brasileira da CPLP, os países africanos passaram a tê-lo como referência dentro da comunidade, o que passou a ser um facilitador no sentido de amenizar as preocupações dos PALOP em relação a Portugal. As ações da CPLP são, mais do que nunca, baseadas e aceitas no quesito da solidariedade e da Cooperação Técnica Internacional (CTI).

CAPÍTULO 4

A CTPD BRASILEIRA PARA OS PALOP A PARTIR DA CRIAÇÃO DA CPLP

4.1 A Cooperação Técnica Brasileira nos governos de Cardoso e Lula e o Desafio Africano

A evolução das ações de CTPD brasileira coincidem com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Apesar da criação da Agência Brasileira de Cooperação em 1987 foi apenas a partir de 1997, dez anos depois, que o país iniciou suas ações na área de Cooperação de forma mais efetiva. A partir dessa data o número de cooperações recebidas foram diminuindo e o Brasil foi se tornando um dos mais importantes doadores de cooperação técnica do sistema internacional.

Esse fato se deve à nova postura defendida pelas políticas externas dos governos Cardoso e Lula que colocaram o Brasil numa posição mais agressiva perante o cenário internacional com o desejo de se mostrar como um verdadeiro *global player* e não mais como um país em desenvolvimento que não fazia parte das grandes decisões internacionais. A própria aspiração de um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas fez com que o Brasil quisesse se mostrar cada vez mais como um doador de conhecimento, assumindo o papel daquele que oferece ajuda externa. Ao mesmo tempo, ao doar conhecimento país conquistava a confiança dos países recipiendários e seu apoio na Assembléia Geral da ONU.

A partir de 1995, quando assume a presidência Fernando Henrique Cardoso, é possível dividir as ações de CTPD brasileiras em três fases distintas, conforme expõe Carlos Puente (2008):

A primeira fase compreende ao período de 1995 a 1996 quando a ABC não dispunha de recursos próprios para financiar a CTPD.

Portanto, nesse período, a Agência voltava suas atenções a identificar e negociar novas formas de financiamento da CTPD, negociando internamente e com organismos internacionais as melhores formas de prestar cooperação com recursos específicos para essa finalidade.

Como consequência, o número de projetos nesse período era reduzido e tinha que contar com fontes de financiamento das agências executoras ou com auxílio dos países que recebiam a cooperação para acontecer. Essa dificuldade resultou num número de atividades pontuais muito maior que o número de projetos desenvolvidos.

Nesse período, a prevalência das áreas temáticas era da agropecuária, seguida pela administração pública, transportes, energia e saúde.

Na segunda fase descrita por Puente, que começa a partir de 1997, a ABC especializa seu corpo técnico em formulação e análise de projetos para aperfeiçoar e dar mais agilidade no processo que começa no recebimento do pedido de cooperação e vai até o projeto implantado. É nesse período, também, que a ABC firma um Projeto de cooperação por meio de um organismo multilateral, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e conquista, assim, um fundo de rendimentos próprio.

Nessa fase, a CTPD recebe grande relevância e visibilidade dentro da política externa brasileira e passa a ser vista também fora do país, gerando mais pedidos de cooperação à ABC. Além disso, é no período de 1997 a 1998 que a Agência recebe os primeiros recursos especiais, em virtude da CPLP, para financiamento de projetos no âmbito dos PALOP.

Apesar desses recursos especiais para os PALOP, nesse período de expansão da CTPD brasileira que vai até 2001 os projetos para o continente africano perdem em volume de projetos para a América Central e do Sul. Embora tenham sido aportados importantes recursos para a cooperação no âmbito da CPLP, os resultados desses recursos só poderão ser percebidos na próxima fase da CTPD brasileira.

Nessa terceira fase de grandes desafios institucionais internos da ABC devido ao fim do contrato de equipe-base pelo PNUD a Agência perde em relação ao quantitativo de recursos humanos e também em relação à qualidade técnica de seu corpo de funcionários. Essa crise começa em 2002 e tem seu ápice em 2004 com a saída dos funcionários que possuíam contrato pelo PNUD que eram a maioria na agência e detinham a maior parte do conhecimento técnico.

Em contrapartida, é nessa fase que surgem as maiores demandas por projetos com o surgimento de novos atores recipiendários em potencial, principalmente na África não-lusófona e no Caribe. No entanto, a capacidade operacional da ABC estava reduzida e nem todas as demandas puderam ser atendidas.

Ganham espaço os projetos na área de saúde (especialmente em função do potencial desenvolvido pelo governo brasileiro com o programa DST/AIDS), principalmente nos países africanos que enfrentava problemas sérios de propagação das DST e AIDS. Surgem também, com extrema relevância, os projetos na área de meio ambiente, além da área de desenvolvimento social, novo foco do governo brasileiro, principalmente depois que assume o governo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Observa-se nesse período, também, que a África passa da América do Sul e Central em número de projetos e ocupa a primeira posição em volume de recursos, revelando um novo foco do governo brasileiro. Surge também o Timor Leste como um grande recipiendário das ações brasileiras em razão de sua luta pela independência e sua entrada na CPLP.

Em 2005, a ABC ganha importância, se organiza mesmo após o furacão de problemas trazidos pelo fim dos contratos com o PNUD e recebe seu maior orçamento com a contratação de diversos funcionários. Dessa forma, a CTPD cresce, assim como a relação do Brasil com os países do hemisfério sul.

Nesse mesmo período, ganha relevância a relação do Brasil com os países africanos. Se durante toda a década de 90 o relacionamento do Brasil com a África se restringiu a poucas ações referentes à CPLP, com a ascensão do presidente Lula ao poder em 2003 a África ganha importância recebendo diversas visitas oficiais do presidente aos mais diferentes países e marcando presença nos discursos presidenciais.

O governo brasileiro passa a dar maior importância ao continente africano por motivações culturais que os aproximam (inclusive o português em relação aos PALOP), por uma dívida social por ter recebido o maior número de escravos africanos e por influência política, já que o mundo passa a olhar para a África como um continente que representa grande parte do número de votos dentro da Assembleia Geral da ONU. A África passa a ser, portanto, uma importante aliada do Brasil em sua aspiração por um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Além disso, o Brasil estaria apenas retomando um relacionamento com o continente africano no qual foi precursor no mundo quando foi uma das primeiras nações a reconhecer a independência dos novos estados africanos, mesmo aqueles que estavam em meio a guerras civis, como foi o caso de Angola.

E se a intenção brasileira é se posicionar como um importante *global player* a relação com a África é extremamente relevante, pois, nesse caso, o Brasil tem muito mais a doar do que a receber em termos materiais. No entanto, vale ressaltar que o Brasil não adotou um perfil paternalista para sua inserção no continente africano, pelo contrário, o governo brasileiro tentou se posicionar como uma “vítima” dos países do norte assim como a África para provocar uma relação de identificação.

É nesse sentido que a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) ganhou espaço dentro das ações do governo Lula para a África. A própria concepção da CTPD sugere uma troca de conhecimentos e não causa subjugamento para nenhuma das partes.

Esse conceito causa um conforto maior para os países africanos que sempre se sentiram à margem do desenvolvimento do mundo moderno.

E foi na CTPD que a política externa brasileira teve sua base mais forte para entrar no continente africano, não como um país que foi explorá-la como tantos outros, mas como um país que pretendia auxiliar no desenvolvimento e se tornar um parceiro no âmbito comercial, social e estratégico do continente.

4.2 A CTPD Brasileira para os PALOP a partir da criação da CPLP

Conforme já foi mencionado, o início do período de evolução da CTPD prestada pelo Brasil se confunde com a data de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Além disso, foi quando a CPLP se consolidava que a política externa brasileira voltou-se para a África e descobriu nos PALOP importantes parceiros para essa inserção no continente.

Por toda essa coincidência de fatores, tornou-se quase uma regra nos discursos do governo brasileiro ao falar de África dar ênfase ao trabalho realizado junto aos PALOP. Essa ênfase se faz inevitável ao tempo que, do montante investido nas ações de cooperação técnica executadas pelo Brasil, listadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em julho de 2007, para a África, mais de 70% são direcionadas aos cinco países africanos membros da CPLP. Além de duas ações específicas que valem para todo o grupo.

Esse investimento é evidente ao considerar que a ABC obteve recursos específicos para os PALOP por meio do fundo da própria CPLP que repassou o equivalente a US\$ 3,1 milhões, em 1997, para financiar projetos com os países africanos da comunidade. Além disso, no ano 2000, por meio de emenda ao orçamento na União, no Congresso, obteve-se R\$ 2,5 milhões adicionais para as ações de CTPD com os PALOP.

No entanto, é importante lembrar que, assim como os investimentos repassados pela CPLP não tinham necessariamente a obrigação de serem repassados para a Cooperação com os países africanos, o governo brasileiro não agiu sob a prescrição de qualquer acordo da Comunidade para realizar a emenda que aprovou orçamento adicional para a cooperação com os PALOP. Portanto, percebe-se nessas ações que existe uma intenção por parte do governo brasileiro de priorizar a cooperação com os países africanos da CPLP.

A CPLP nasceu devido ao idioma e à cultura que liga seus oito membros, no entanto, ficou clara a importância de ultrapassar o simples limite do idioma para a existência e manutenção do grupo. Nesse sentido, o apoio ao desenvolvimento por parte principalmente de Brasil e Portugal aos outros seis membros que se encontram em posições menos favoráveis tornou-se uma necessidade da qual depende a própria evolução do grupo.

Dessa forma, ao observar as ações de cooperação executadas pelo Brasil para os PALOP é possível perceber que a educação e o foco na propagação do idioma não foram reconhecidos como uma necessidade primária nesse primeiro momento. As principais ações encontram-se na área da agropecuária e na saúde e só depois aparecem a educação e a formação profissional.

Na área da saúde, principalmente, por causa do grave problema do contágio do vírus HIV/AIDS, essa questão se tornou prioritária entre os países da comunidade e da própria agenda da CPLP. Os dados epidemiológicos indicam que a infecção pelo HIV atinge grandes proporções no mundo, sendo que um número relevante de pacientes se encontra nos países de língua portuguesa do continente africano. O Brasil possui excelentes experiências nesse sentido que puderam ser repassadas aos PALOP para evitar a propagação do vírus.

Os projetos nos cinco PALOP quase se repetem, pois, apesar de suas peculiaridades os problemas são quase os mesmos. Centros de Excelência e de Formação estão sendo abertos em Angola,

Guiné-Bissau e Moçambique, além do Fortalecimento do Sistema Nacional de Saúde da Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique que estão sendo promovidos pela Fiocruz. Projetos como o Alfabetização Solidária e o Escola para Todos estão sendo levados para praticamente todos os cinco países que compõem os PALOP.

Ao analisar os projetos de cooperação técnica atualmente desenvolvidos pela ABC é impossível não fazer uma relação da evolução dos projetos com os PALOP a partir de 1996, data da criação da CPLP. É possível afirmar que a própria cooperação prestada pelo Brasil se desenvolveu a partir dessa época e por isso existe essa evolução, mas não se pode negar que o foco nos PALOP, maiores recipiendários da cooperação brasileira, está intrinsecamente ligado aos objetivos da CPLP.

E não apenas os projetos desenvolvidos têm seu foco nos PALOP, mas também as perspectivas de novos projetos estão voltadas, em sua maioria, para esses cinco países africanos. Portanto, é possível concluir que a CPLP surgiu num momento extremamente importante para a cooperação técnica brasileira e para as relações Brasil-África e que a política externa brasileira tem se utilizado da comunidade e seus objetivos para entrar no continente africano e mostrar ao resto do mundo que o Brasil é um país desenvolvido o suficiente para prestar apoio aos países que, como ele, sofreram um processo de colonização que deixou diversas marcas que dependem da união de seus povos para serem amenizadas, além da solidariedade dos demais países interessados no desenvolvimento do mundo como um todo.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Conforme descrito no Capítulo 4 do referido trabalho, pode-se constatar que a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no ano de 1996, exerceu forte influência para a evolução da Cooperação Técnica brasileira com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Os recursos destinados aos PALOP correspondem a 70% do recurso total destinado ao continente africano para projetos de Cooperação Técnica executados pelo Brasil. Foi verificado pelos discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelos discursos do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, que existe grande interesse no desenvolvimento da área de cooperação técnica brasileira, principalmente no que se refere aos cinco PALOP – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

No entanto, foi possível perceber que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ainda não possui estrutura para atender à grande demanda por cooperação técnica que é solicitada ao Brasil e que ainda não existe uma política definida para a seleção dos projetos mais relevantes à política externa brasileira. O maior exemplo disso é a Gerência de África, Ásia, Leste Europeu e Oceania da ABC que possui uma estrutura de apenas doze pessoas para atender a todos os países das regiões de sua responsabilidade.

O Brasil tem buscado intensificar os trabalhos na área de cooperação técnica, mas ainda não construiu uma estrutura adequada para atender todos os casos. Dessa forma, muitos projetos são realizados sem a intermediação da ABC, principalmente no que tange os municípios brasileiros que, em sua maioria, acreditam que possuem autonomia para a realização de projetos sem a chancela do governo federal.

Por fim, foi identificada, ainda, a grande dificuldade que a ABC tem, por sua estrutura reduzida, de produzir análise dos projetos

concluídos, bem como buscar os resultados alcançados e como se deu a continuidade do projeto por parte do país recipiendário.

CONCLUSÕES

Desde a concepção da idéia de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), por meio do Plano de Ação de Buenos Aires, em 1978, os países do hemisfério sul têm se percebido como atores ainda mais importantes para o desenvolvimento do mundo como um todo. O princípio da solidariedade e da troca de experiências deu a esses países o conforto de se sentirem acolhidos e apoiados por nações que possuem os mesmos problemas que eles e que conseguiram vencer, por meio de melhores práticas, os desafios impostos pela colonização e exploração de suas riquezas de forma desregrada e sem respeito aos habitantes que já se encontravam ali.

O conceito de CTPD foi capaz também de despertar aos países em desenvolvimento que as relações internacionais poderiam se estabelecer não apenas num eixo vertical (Norte-Sul), mas também num eixo horizontal (Sul-Sul) de forma a buscar um melhor reconhecimento das problemáticas comuns aos envolvidos numa relação bilateral. Nunca o sentido da palavra “cooperar” foi tão sentido por um grupo de países que em toda a sua história só haviam conhecido palavras como imposição, exploração ou, no máximo, ajuda.

Para o Brasil esse conceito o fez despertar para a sua capacidade de atuar como agente que contribui para o desenvolvimento do mundo e não apenas como um espectador que luta apenas por seu próprio desenvolvimento. Palavras como solidariedade e parceria que sempre fizeram parte do dia-a-dia dos brasileiros passaram a fazer parte também de suas relações internacionais, que passou a ver na conquista de parceiros internacionais, por menores que fossem sua representação, uma maneira nova de fazer política externa.

E assim o mundo sulista, com ênfase ao Brasil, se descobriu capaz de prestar cooperação. Nesse contexto, um olhar sobre o continente africano nesse momento pós-colonização foi colocado como

prioridade por preocupar a estabilidade de um mundo que não dá espaço para conflitos internos.

Dessa forma, os países passaram a se agrupar por grupos de afinidades, seja região, economia ou, até mesmo, idioma. O movimento de francofonia parte na frente, mas os países de língua portuguesa seguem caminho semelhante, com a peculiaridade de lutar não apenas pela força da cultura e do idioma, mas também pelas necessidades especiais de cada um de seus membros, principalmente os recém criados da África e o Timor Leste.

Muito além de um grupo que busca a manutenção e a difusão do idioma que os une, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) surge como uma nova oportunidade de desenvolvimento e parcerias para seus membros. Os países mais desenvolvidos, Brasil e Portugal, reatam seus laços históricos e olham com cuidado para o continente africano que ainda não conseguiu consolidar sua independência e desenvolver-se de acordo com seus próprios recursos.

O Brasil, principalmente após a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, desperta para a importância da África e vê nos cinco países que partilham com ele do idioma português a oportunidade de se mostrar no continente africano e a CPLP se apresenta como o campo ideal para essa nova empreitada brasileira.

Os PALOP apresentam ainda graves problemas para seu desenvolvimento e o apoio de países como o Brasil com o qual possuem profundas identificações históricas e culturais é um fator extremamente relevante. Para o Brasil, em contrapartida, sentir que está pagando uma dívida histórica, mesmo que não tenha sido de sua responsabilidade, pelo desenvolvimento à custa dos escravos trazidos da África, além de reatar os laços com o continente africano e com os países que, muitas vezes, reconheceu de forma pioneira como Estados, é uma excelente oportunidade de se posicionar no mundo moderno para o qual se manteve alheio durante os longos períodos de guerra.

A CPLP não apenas contribuiu para o desenvolvimento da cooperação técnica brasileira, mas também fez com que o país despertasse para novas formas de política externa que podem ser baseadas no seu perfil pacificador e hospitaleiro. Nesse mundo mais solidário e interdependente o Brasil se sente mais inserido que no mundo de guerras e conflitos que se desenhou no início do século XX. Os projetos de cooperação técnica só contribuem para enfatizar essas características do país e do perfil de sua população e a relação com os PALOP provoca o orgulho de milhões de brasileiros que também se sentem africanos falantes do português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC/MRE. “Cooperação em Saúde com os Países de Língua Portuguesa da África (PALOP)” in **Revista Via ABC**, Brasília: ABC/MRE, mar. 2007.

ALMEIDA, P.R. “Uma Política Externa Engajada: A Diplomacia do Governo Lula” in **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 47, No. 1, Brasília: IBRI, jun. 2004.

AMADOR, E.A. “El Nuevo Rostro de la Cooperación Técnica entre Países en Desarrollo (CTPD) y las Nuevas Tendências Internacionales” in **Revista de Ciências Sociais**, Vol. 1, No. 94, Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 2001.

AMORIM, C.L.N. “A Cooperação como Instrumento da Política Externa Brasileira”. Entrevista concedida à **Revista Via ABC**, Brasília: ABC/MRE, jun. 2006.

ALTEMANI, H.; CARDOSO F.J.; MOURÃO, F.A.A. “As Relações Brasil-África: de 1990 a 2005” in ALTEMANI, H.; LESSA, A.C. (org.) – **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, vol. 1**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS DE PORTUGAL. **São Tomé e Príncipe – Olhar o Futuro**. Lisboa: SGE – Mediateca, 2006.

CERVO, A.L. “A Política Exterior: de Cardoso a Lula” in **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 46, No. 1, Brasília: IBRI, jan./jun. 2003.

COELHO, P.M.P.; SARAIVA, J.F.S. (org.). **Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio**. Brasília: IBRI, 2004.

EMBAIXADA DO BRASIL EM LISBOA. **A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa: Embaixada do Brasil em Lisboa, 1994.

HAMILTON, R.G. **A Literatura dos PALOP e a Teoria Pós-Colonial**. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

MOREIRA, L.B.S. “A ABC e a Cooperação Internacional”. Entrevista concedida à **Revista Via ABC**, Brasília: ABC/MRE, jul. 2005.

MOURÃO, F.A.A. **A Comunidade de Países de Língua Portuguesa: A Base Lingüística e Material**. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

_____. “Múltiplas Faces da Identidade Africana” in **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. São Paulo: USP, 1995/1996.

NOSOLINI, E.E.C. **Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Aproximação, Distanciamento e Reaproximação (de 1975 aos dias atuais)**. Brasília, 2004. 211 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília; 2004.

PLANO de Ação de Buenos Aires (PABA). Special Unit for South-South Cooperation: United Nations Development Programme (UNDP), 1978. Documento disponível em formato eletrônico, disponível em: http://tdcd.undp.org/tdcdweb/knowledge_base/bapa_english1.html#emblem, Acesso em 10/01/2009.

PIRES DE CAMPOS, R. "A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento do Brasil: Limites e Perspectivas da Política Externa Nacional" in SILVA, K.C.; SIMIÃO D.S. (org.). **Timor-Leste por Trás do Palco Cooperação Internacional e a Dialética da Formação do Estado**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

PUENTE, C.A.I. – **A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento da Política Externa: a Evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005**. Brasília, 2008. 292 f. Dissertação (Curso de Altos Estudos) – Instituto Rio Branco, Brasília; 2008.

SARAIVA, J.F.S. (org.). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e ação política**. Brasília: IBRI, 2001.

_____. "Política de Exterior do Governo Lula: O Desafio Africano" in **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 45, No. 2, Brasília: IBRI, 2002.

SOUZA, R.A. **As Relações Brasil-Portugal e a Construção de um Projeto Identitário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Brasília, 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SUBSECRETARIA-GERAL DE COOPERAÇÃO E DE PROMOÇÃO COMERCIAL – ABC/MRE. **Ações de Cooperação Sul-Sul Executadas pelo Brasil**. Brasília: ABC/MRE, jul. 2007.